



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

LEI MUNICIPAL Nº 703/12,
CERTIDÃO

DE 15 DE MAIO DE 2012.

Certifico que
publicado

com afixação no placar
Corumbáiba

"Cria o Sistema Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências".

Maria Aparecida de Souza Costa
Responsável pelo Placar

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁIBA, ESTADO DE GOIÁS, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI.

Art. 1º – Esta lei, com fundamento nos artigos 23, incisos VI e VII; 30, incisos I, II e 225, da Constituição Federal, estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e constitui o Sistema Municipal do Meio Ambiente.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º – A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação e conservação do meio ambiente, objetivando uma melhor qualidade de vida, de forma a assegurar as condições para um desenvolvimento socioeconômico local, integrado e sustentado, atendendo o previsto na Política Nacional do Meio Ambiente e observando os seguintes princípios:

- I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista seu uso coletivo;
- II – planejamento e fiscalização da utilização dos recursos ambientais;
- III – proteção e recuperação dos ecossistemas locais;
- IV – controle e zoneamento das atividades potencialmente poluidoras instaladas no Município;
- V – monitoramento da qualidade ambiental;
- VI – educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive junto à comunidade local, objetivando uma efetiva participação dos Municípios na defesa do meio ambiente.

Parágrafo Único – As diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinadas a orientar o Governo Municipal nas ações de preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observando as Legislações Federal e Estadual vigentes.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 3º – Constituirão o Sistema Municipal do Meio Ambiente os órgãos e entidades da Administração Municipal encarregados direta e indiretamente do planejamento, controle e fiscalização das atividades que afetam o meio ambiente, bem como da elaboração e aplicação de normas pertinentes, assim como as entidades públicas e privadas e as organizações não governamentais afins.

Art. 4º – O Sistema Municipal do Meio Ambiente possuirá a seguinte composição:

I – Conselho Municipal do Meio Ambiente - Órgão Superior do Sistema, de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como dos demais planos relativos à área;

II – Secretaria Municipal do Meio Ambiente: órgão central do Sistema, responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

III – as demais Secretarias Municipais e organismos da Administração Municipal direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município, cujas ações, enquanto órgãos seccionais, interferirão no desenvolvimento sócio-econômico, integrado e sustentável, na pesquisa, preservação e conservação dos recursos ambientais presentes e nos padrões de apropriação e utilização destes recursos.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 5º – O Conselho Municipal do Meio Ambiente será composto por 10 (dez) membros, tal como a seguir:

I – Representantes do Poder Público:

a) um presidente, que é o titular do órgão executivo municipal do meio ambiente;

b) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos Vereadores;

c) um representante do Ministério Público do Estado;

d) um titular do órgão municipal de saúde pública ou ação social ou de obras públicas e/ou serviços urbanos.

e) um representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: SANEAGO, EMATER, IBAMA ou SEMARH.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) três representantes do sistema produtivo do município, tais como: sindicatos, representantes das indústrias locais e colônia de pescadores;

b) dois representantes de entidades civis, sem fins lucrativos, e regularmente constituídas, como CREA, OAB, ROTARY, MAÇONARIA, dentre outras.

§1º – A indicação dos membros titulares e suplentes das entidades elencadas no inciso I, alíneas “a” a “e”, deste artigo, deverá ser homologada pelo Prefeito e encaminhada, mediante ofício assinado por seus representantes legais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após convocação feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

§2º – Os membros a que aludem o inciso II, alíneas “a” a “c” e seus respectivos suplentes, serão designados pelo Prefeito, mediante indicação dos órgãos e entidades ali mencionadas.

§3º – As funções desempenhadas pelos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente são consideradas de relevante interesse público e serão exercidas gratuitamente.

§4º – O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 6º – O Conselho possui as seguintes instâncias:

I – Plenária;

II – Presidência;

III – Secretaria-Geral;

IV – Câmaras técnicas permanentes ou temporárias, quando necessárias.

Art. 7º – A Plenária será constituída nos termos do artigo 5º desta Lei e seus membros terão as seguintes atribuições:

I – discutir e votar as matérias submetidas ao Conselho;

II – deliberar sobre as propostas apresentadas por qualquer de seus membros;

III – dar apoio ao Presidente no cumprimento de suas atribuições;

IV – solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, na forma do Regimento Interno;

V – propor a inclusão de matérias na ordem do dia e, justificadamente, a discussão prioritária dos assuntos dela constantes;

VI – apresentar as questões ambientais dentro de suas respectivas áreas de atuação, especialmente aquelas que exijam uma atuação integrada, em decorrência de sua complexidade;

VII – sugerir o convite de profissionais de notório conhecimento para subsidiar as Resoluções do Conselho;



Prefeitura Municipal de Corumbaita
Estado de Goiás

VIII – apresentar proposições, na forma do Regimento Interno;

IX – deliberar a respeito de eventual exclusão de membro titular ou suplente que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas durante doze meses, da Plenária ou da Câmara Técnica que integrar, sem justificativas;

X – propor a criação de Câmaras Técnicas, temporárias ou permanentes.

Art. 8º – O Presidente do Conselho possuirá as seguintes atribuições:

I – representar o Conselho;

II – dar posse aos Conselheiros;

III – presidir as reuniões da Plenária;

IV – votar como Conselheiro e exercer o voto de qualidade;

V – resolver questões de ordem nas reuniões da Plenária;

VI – determinar a execução das Resoluções da Plenária, por intermédio da Secretaria-Geral;

VII – convocar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias, sem direito a voto;

VIII – tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação da Plenária;

IX – criar as Câmaras Técnicas, permanentes ou temporárias, nos termos de seu Regimento Interno.

Parágrafo Único – A Presidência do Conselho será exercida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, por seu representante no Conselho ou por seu substituto legal.

Art. 9º – São atribuições da Secretaria-Geral:

I – organizar e garantir o funcionamento do Conselho;

II – coordenar as atividades necessárias para a consecução das atribuições do Conselho;

III – cumprir e fazer cumprir as determinações legais e normas regimentais;

IV – dar publicidade às Resoluções do Conselho;

V – auxiliar as reuniões da Plenária e das Câmaras Técnicas, elaborando as respectivas atas.

Parágrafo Único – A função da Secretaria-Geral será exercida por designação da Presidência do Conselho, podendo ser preenchida por um membro do Conselho ou servidor da Prefeitura Municipal; e poderá, mediante justificativa, requerer ao Presidente o apoio administrativo necessário para a execução dos trabalhos.

Art. 10 – As Câmaras Técnicas serão criadas pelo Presidente, sendo presididas por 01 (um) dos Conselheiros, e terão a função de apreciar propostas



Prefeitura Municipal de Corumbáiba *Estado de Goiás*

apresentadas ao Conselho, de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno.

§1º – As deliberações das Câmaras Técnicas deverão em prazo pré-estabelecidos pelo Presidente do Conselho, ser submetidas à Plenária, que poderá alterá-las ou ratificá-las.

§2º – Poderão participar das Câmaras Técnicas, na qualidade de membros colaboradores, profissionais de outros órgãos da Prefeitura ou de outras instituições públicas ou privadas, desde que formal e oficialmente convidados pela Plenária ou pela própria Câmara Técnica.

Art. 11 – Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente caberá:

I – assessorar a Prefeitura na elaboração e execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

II – participar na elaboração dos planos e programas da Prefeitura Municipal que promovam, direta ou indiretamente, impactos no meio ambiente, objetivando assegurar a qualidade de vida da população local;

III – editar, por meio de resoluções, normas e padrões de qualidade ambiental a serem respeitados no município, referentes ao uso dos recursos naturais e às atividades causadoras de poluição ambiental sob qualquer forma, respeitando o preceituado nas Legislações Federal, Estadual e Municipal;

IV – requisitar, sempre que necessário, a quaisquer órgãos públicos ou privados, municipais, estaduais ou federais, informações que possam colaborar com o exercício de suas competências institucionais;

V – participar e opinar na criação de unidades de conservação de especial interesse histórico, arqueológico, ecológico, cultural, urbanístico e turístico, localizadas no Município, nos termos da legislação vigente;

VI – fornecer e produzir, informações referentes à qualidade ambiental do Município e sobre processos que tramitem no Conselho;

VII – realizar e incentivar programas e projetos de educação ambiental no Município, bem como campanhas de conscientização e informação à população e aos turistas sobre questões relativas à manutenção de um meio ambiente equilibrado, garantia de um desenvolvimento sustentável;

VIII – celebrar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas de pesquisa ou atuação na área ambiental para assessorar o Conselho na consecução de suas finalidades institucionais, sempre que necessário;

IX – comunicar ao Ministério Público e aos demais órgãos públicos competentes as agressões ambientais ocorridas ou por ocorrer dentro do Município, assim que estas chegarem ao seu conhecimento;

X – propor medidas, por meio de Resolução, que disciplinem a participação em concorrências públicas e o acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais de pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente, administrativa e judicialmente;



Prefeitura Municipal de Corumbáiba *Estado de Goiás*

XI – decidir em grau de recurso sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão ambiental municipal, visando à recuperação dos danos ambientais;

XII – deliberar, nos termos do regulamento desta Lei sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, bem como monitorar a sua gestão por meio de Câmara Técnica, composta para este fim;

XIII – propor medidas que visem à recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;

XIV – deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de efluentes em mananciais;

XV – recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas capazes de prejudicar o meio ambiente;

XVI – analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal;

XVII – gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XVIII – convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal Ambiental, que será a atribuição de avaliar a situação de preservação, conservação e efetivação das medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência, propor diretrizes a serem tomadas.

CAPÍTULO II **DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Art. 12 – À Secretaria Municipal do Meio Ambiente caberá executar a Política Municipal do Meio Ambiente nos termos desta lei, bem como:

I – definir, implantar e administrar os espaços geográficos e seus componentes a serem especialmente protegidos;

II – incentivar a execução de pesquisas e capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais locais e disponibilizar as informações sobre estas questões;

III – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa de material genético;

IV – preservar o equilíbrio do ecossistema local, promovendo o seu manejo sustentável, assim como sua restauração;

V – proteger e preservar a biodiversidade;

VI – promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar a aplicação destes em atividades



Prefeitura Municipal de Corumbalza *Estado de Goiás*

relacionadas com a preservação, conservação, recuperação e pesquisa ambiental, assim como melhoria da qualidade de vida da população local;

VII – estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas, objetivando, especialmente, atingir índices mínimos de cobertura vegetal;

VIII – aprovar, mediante licença prévia, de instalação e/ou funcionamento, planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas, que possam causar impacto significativo ao meio ambiente nos limites do território do Município, nos termos da legislação em vigor;

IX – manifestar-se oficialmente, em caráter deliberativo e com base em parecer técnico, sobre a qualidade, condições e viabilidade ambiental de empreendimentos efetiva e potencialmente poluidores, com impacto ambiental no Município, em procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos Estaduais ou Federais, sob pena de nulidade das licenças eventualmente emitidas;

X – exigir, sempre que necessário, a adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor antes do início da implantação do empreendimento, tanto nos licenciamentos de sua competência, como nos de competência estadual ou federal;

XI – convocar audiências públicas, nos termos da legislação em vigor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei, para informar e ouvir a opinião da população local a respeito de planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas potencialmente causadoras de impactos ambientais no Município, assim como sobre as medidas mitigadoras e compensatórias a serem exigidas;

XII – assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões relativas ao uso do solo urbano ou rural e demais temas relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIII – celebrar com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham cometido infrações ambientais no Município, Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos da legislação em vigor, objetivando a paralisação e a recuperação dos danos ambientais;

XIV – articular com os órgãos executores da política de saúde no Município e demais áreas da administração pública municipal, os planos, programas e projetos de interesse ambiental, visando uma eficiente integração, bem como a adoção de medidas pertinentes, especialmente as de caráter preventivo, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a saúde pública, inclusive em ambiente de trabalho.

TÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13 – No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, o Conselho deverá elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

Art. 14 – A Secretaria Municipal do Meio Ambiente prestará ao Conselho os serviços técnico-administrativo e financeiro necessários, sem prejuízo dos demais órgãos ou entidades nele representadas.

Art. 15 – As multas aplicadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente deverão ser lavradas à margem das legislações ambientais federal, estadual e municipal vigentes.


Art. 16 – O Poder Público Municipal poderá conceder incentivos fiscais no âmbito de sua competência, para as atividades que se destacarem na preservação do meio ambiente, mediante estudo particularizado aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, observando a legislação em vigor.

Art. 17 – O Poder Público Municipal disponibilizará os recursos humanos, financeiros e materiais necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 18 – Os casos omissos desta Lei deverão ser resolvidos dentro das normas ambientais federais, estaduais e municipais.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corumbáiba, Estado de Goiás, aos quinze dias do mês de maio de 2012.


Romário Vieira da Rocha
Prefeito Municipal